

PROJETO DE LEI Nº , DE 2018
(Do Sr. Carlos Henrique Gaguim)

Acrescenta o § 8º ao art. 6º do
Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.826,
de 22 de dezembro de 2003 – para garantir
o porte de arma de fogo a policiais
aposentados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003,
passa a vigorar acrescido do § 8º, com a seguinte redação:

“Art.6º.....
.....

§ 8 º Os integrantes dos órgãos previstos no inciso II do caput
deste artigo terão o direito de portar arma de fogo ainda que
aposentados, nos termos desta Lei.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação..

JUSTIFICAÇÃO

Os policiais não deixam a condição de policial depois de estar
aposentado. Por esta razão se faz necessário a proteção desse servidor
que prestou segurança para a sociedade se resguardar quando estiver
inativo.

Ademais, os policiais moram, em várias localidades do Brasil, nos
mesmos bairros em que moram os criminosos, sofrendo constantes
ameaças por parte deles.

Nesse sentido, o policial precisa ter meios de se proteger caso
aconteça alguma retaliação por serviços prestados antes de sua
aposentadoria, já que o bandido dificilmente se esquece do policial que
foi responsável por sua prisão.

Neste sentido, a criação do § 8º no art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, conforme proposto neste Projeto de Lei, tem como objetivo corrigir a equívoca interpretação dada pelo Poder Judiciário sobre o tema, garantindo que os integrantes dos órgãos de Segurança Pública, previstos no art. 144 da Constituição, tenham o direito de se defender, ainda quando aposentados.

Por todo o exposto, solicitamos a compreensão e com o apoio dos nobres Pares Parlamentares para a aprovação do Projeto de lei em tela.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 2018

Carlos Henrique Gaguim

Deputado Federal – DEM/TO